

EXECUTIVO

Planalto rejeita reforma e delegados à Constituinte, diz Borja

por Helena Daltró
de Brasília

O assessor especial da Presidência da República, Célio Borja, acha que o Congresso não aprovará três propostas polêmicas defendidas por alguns parlamentares: a eleição de 120 delegados constituintes; a desincompatibilização de ministros, governadores e prefeitos candidatos a cargos eletivos num prazo de nove meses antes do pleito; e a realização de referendos populares para matérias aprovadas no Legislativo, mas que tenham obtido um terço de votos contrários.

Essas três propostas, já examinadas pelo Conselho Político do governo com o presidente José Sarney, foram veementemente criticadas por Célio Borja na sexta-feira, porque, segundo o assessor, vão de encontro ao próprio Congresso e caem na demagogia, no populismo e no "basismo", especialmente a proposta de realização dos referendos populares. Ele acredita que, por esses motivos, tais matérias não devem ser anexadas no substitutivo à mensagem do Planalto que convoca e instala a Assembleia Constituinte, a 31 de janeiro de 1987.

Por princípio, Célio Borja é contra qualquer prazo de desincompatibilização de membros do Executivo, por entender que a medida é uma característica de "atraso cívico e político" de um país. Se o prazo, que atualmente é de cinco meses para ministros, governadores e prefeitos, for estendido para nove meses, nenhum presidente da República vai poder formar um governo de políticos, mas de tecnocratas. "Pela primeira vez, o governo é constituído por muitos parlamentares. Com a aprovação de matéria que aumenta o prazo de desincompatibilização, que eu não acredito seja vitoriosa no Congresso, o presidente não vai poder recrutar ministros no Congresso, o que, a meu ver, prejudica o próprio Congresso", disse Célio Borja.

"É preciso lembrar ainda que no governo do presidente José Sarney tivemos, praticamente, uma eleição a cada ano, o que torna inviável a adoção dessa medida, tendo em vista que ocorreria uma reforma mi-

nisterial a cada longo período antes do pleito", observou. Célio Borja concorda com as ponderações do líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena, de que é possível evitar a utilização de verbas da União nas eleições por outros mecanismos, tais como a proibição de contratação de funcionários na área federal num período que anteceda o pleito.

Outra forma de evitar esses abusos, acrescentou, é denunciar pela imprensa e na tribuna do Senado e da Câmara eventuais malversações de recursos com fins eleitorais. "Dessa forma, o eleitor julgará o governo e saberá que ministros do Executivo cometeram irregularidades", disse.

Célio Borja criticou ainda a atuação dos partidos, alegando que as agremiações políticas "hibernam um pouco" durante os mandatos e promovem, erroneamente, longas campanhas eleitorais. "É preciso uma ação permanente e uma campanha eleitoral mais curta", afirmou.

A proposta de alguns parlamentares, de eleger 120 delegados constituintes para atuarem no Congresso somente no período de feitura da nova Carta, pode desequilibrar a representação dos estados no Parlamento, prejudicando os do Norte e Nordeste, disse Borja.

As regiões Sudeste e Sul, com maior número de parlamentares, praticamente decidiriam as votações no Legislativo, explicou o assessor. Essa é outra matéria que não deverá ser aprovada no Congresso, pois já encontra resistências por parte dos parlamentares nortistas e nordestinos.

ANC 88
Pasta 09/85
075/1985